



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL

PROCESSO Nº 173645-4

098

APELANTE: JOSEVÂNIO FRANCISCO DE OMENA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

5234

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE FURTO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PROVAS PARA CONDENAÇÃO. ABSOLVIÇÃO. INOCORRÊNCIA. MATERIALIDADE DEMONSTRADA. PROVAS TESTEMUNHAIS APONTAM O APELANTE COMO RESPONSÁVEL PELO DELITO A ELE IMPUTADO. AUTORIA INDUVIDOSA – IMPROVIMENTO DO RECURSO. **DECISÃO UNÂNIME.**

1. Provas testemunhais apontam o apelante como autor do crime.
2. Decreto condenatório que se confirma, diante da certeza da responsabilidade delituosa atribuída ao acusado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 173645-4, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os

Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de
Justiça, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos
do voto do Des. Relator.



Recife, 1º de junho de 2010

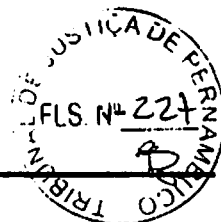
099


Des. Presidente


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 173645-4

100

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: JOSEVÂNIO FRANCISCO DE OMENA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Criminal interposta pelo acusado **Josevânio Francisco de Omena**, vulgo "Vaninho ou Vânio", contra sentença proferida pelo Juízo de Direito da Comarca de Taquaritinga do Norte-PE, a qual o condenou à pena definitiva de 03(três) anos e 08(oito) meses de reclusão e 60(sessenta) dias-multa, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, pela infração ao art. 155, § 4º, inciso I, do Código Penal.

Segundo consta na denúncia, no dia 03 de junho de 2006, o denunciado, mediante arrombamento de janela e porta, entrou na propriedade denominada "Fazenda Araguaia", de propriedade da vítima Isaac Nilton Sampaio Carvalho e localizada às margens da rodovia BF-104, km 19, nesta cidade, subtraindo para si 01(um) aparelho de DVD marca *Philips*, 01(uma) furadeira elétrica marca *Skill*, 01(um) falcão com cabo de ferro decorado e bainha, 01(uma) pistola 765, *Taurus PT 57 SC 765 MM*, e 01(uma) espingarda calibre 12 de repetição.

Narra ainda a denúncia que o apelante era foragido da Penitenciária de Canhotinho/PE, e que três dias após o furto acima referido, ele foi preso em flagrante delito, de posse da pistola 765 objeto da subtração. Informa ainda que a esposa do acusado é sobrinha de um funcionário da "Fazenda Araguaia", o qual havia levado o denunciado até aquela propriedade, meses antes do crime, a pedido deste.

Inconformado com a sentença condenatória, o acusado interpôs o presente recurso, às fls. 177 a 184, pleiteando a sua absolvição, com amparo no art. 386, inciso VI, do Código Penal, sob o argumento que as provas dos autos são insuficientes para comprovar seu envolvimento no crime ora em análise, tendo em vista que as próprias testemunhas de acusação não imputaram a autoria delitiva a sua pessoa.

101

Alega, ainda, o apelante que a referida arma de fogo não fora apreendida em seu poder, mas de seu comparsa Adriano Abílio da Silva, conforme fls. 06/16 dos autos.

Por fim, aduz o apelante que nos autos não ficou provado que a referida arma de fogo, encontrada em poder de seu comparsa, foi subtraída da residência da vítima Issac Nilton Sampaio Carvalho.

O Ministério Público, em contra-razões recursais, nas fls. 186 a 191, pugnou pela manutenção da sentença em todos os seus termos, por se encontrar de acordo com as provas colhidas nos autos.

A Procuradoria de Justiça, em parecer nas fls. 221 a 224, opinou pelo improvimento do recurso.

É O RELATÓRIO.

À Douta Revisão.

Recife, 25 de Set de 2009.


Marco Antônio Cabral Maggi
Des. Relator





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 173645-4

APELAÇÃO CRIMINAL

102

APELANTE: JOSEVÂNIO FRANCISCO DE OMENA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Trata-se de Apelação Criminal interposta pelo acusado **Josevânio Francisco de Omena**, vulgo "Vaninho ou Vânio", contra sentença proferida pelo Juízo de Direito da Comarca de Taquaritinga do Norte-PE, a qual o condenou à pena definitiva de 03(três) anos e 08(oito) meses de reclusão e 60(sessenta) dias-multa, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, pela infração ao art. 155, § 4º, inciso I, do Código Penal.

Segundo consta na denúncia, no dia 03 de junho de 2006, o denunciado, mediante arrombamento de janela e porta, entrou na propriedade denominada "Fazenda Araguaia", de propriedade da vítima Isaac Nilton Sampaio Carvalho e localizada às margens da rodovia BR-104, km 19, nesta cidade, subtraindo para si 01(um) aparelho de DVD marca *Philips*, 01(uma) furadeira elétrica marca *Skill*, 01(um) falcão com cabo de ferro decorado e bainha, 01(uma) pistola 765, *Taurus* PT 57 SC 765 MM, e 01(uma) espingarda calibre 12 de repetição.

Narra ainda a denúncia que o apelante era foragido da Penitenciária de Canhotinho/PE, e que três dias após o furto acima referido, ele foi preso em flagrante delito, de posse da pistola 765 objeto da subtração. Informa ainda que a

pmbm

flagrante delito, de posse da pistola 765 objeto da subtração. Informa ainda que a esposa do acusado é sobrinha de um funcionário da "Fazenda Araguaia", o qual havia levado o denunciado até aquela propriedade, meses antes do crime, a pedido deste.

103



Inconformado com a sentença condenatória, o acusado interps o presente recurso, às fls. 177 a 184, pleiteando a sua absolvição, com amparo no art. 386, inciso VI, do Código Penal, sob o argumento que as provas dos autos são insuficientes para comprovar seu envolvimento no crime ora em análise, tendo em vista que as próprias testemunhas de acusação não imputaram a autoria delitiva a sua pessoa.

Alega, ainda, o apelante que a referida arma de fogo não fora apreendida em seu poder, mas de seu comparsa Adriano Abílio da Silva, conforme fls. 06/16 dos autos.

Por fim, aduz o apelante que nos autos não ficou provado que a referida arma de fogo, encontrada em poder de seu comparsa, foi subtraída da residência da vítima Issac Nilton Sampaio Carvalho.

O representante do Ministério Público, em contra-razões recursais, nas fls. 186 a 191, pugnou pela manutenção da sentença em todos os seus termos, por se encontrar de acordo com as provas colhidas nos autos.

Nesta instância, manifestou-se a douta Procuradoria de Justiça, às fls. 221 a 224, pelo improvimento do recurso defensivo.

Compulsando os autos, vislumbro a existência da materialidade do crime de furto, através do Auto de Apresentação e Apreensão de fl. 18.

No tocante a autoria delitiva, apesar do apelante ter negado a prática do delito a ele imputado, tanto na fase inquisitorial como em juízo, as demais provas colhidas nos autos, como os depoimentos das testemunhas de acusação, confirmaram a tese acusatória, ficando também demonstrado no Auto de Prisão em Flagrante que o apelante encontrava-se no momento da abordagem policial com a pistola 765, *taurus*, PT 57 SC 765 MM, subtraída da vítima Isaac Nilton Sampaio Carvalho.

Deste modo, vejamos o que disse o apelante Josevânio Francisco de Omena, às fls. 14, no Auto de Prisão em Flagrante:

104



"Que havia cumprido seis anos em regime fechado e estava em regime semi-aberto há seis meses, até que fugou daquele presídio no dia 26 de maio do ano em curso, escondendo-se na casa de sua esposa, no Distrito de Pão de Açúcar; que domingo dia 04/06/2006, encontrou-se, "por um acaso", no Distrito de Pão de Açúcar, à tarde, com seu amigo "Pintado", que reside no Bairro do Salgado em Caruaru; que "Pintado" lhe entregou a pistola cal. 765 para que o interrogado a aguardasse, alegando que havia ocorrido "uma virada" e tinha muitos policiais na área; que guardou a referida pistola em sua casa, não tendo feito uso da mesma para nenhum fim; que "Pintado não é ex-presidiário, não sabendo informar se ele é envolvido na prática de crimes; que ontem à tarde Adriano veio da cidade de Cupira "para lhe rever", pois se conheceram no Presídio de Canhotinho e ele também estava fugado, tendo esperado pelo mesmo na pista, perto do posto de Pão de Açúcar, que ao amanhecer, deixou a sua casa com Adriano, dirigindo-se para cidade de Caruaru, onde iria se encontrar com o seu advogado, Dr. Elmo Monteiro, para que ele o levasse de volta ao presídio de Canhotinho; que Adriano o acompanhou porque "era o sentido da cidade dele e ele estava indo para casa; que ao saírem de casa, levava consigo uma bolsa de viagem contendo roupas, onde havia guardado a pistola de "Pintado", alegando que iria leva-la para entregar a "Pintado" em Caruaru, que quando deixaram sua casa, por volta das 06:30 horas, foram surpreendidos por policiais à paisana que o aguardava na frente da casa, momento em que correu juntamente com Adriano por dentro de sua casa e saíram pelos fundos; que era Adriano quem levava sua bolsa de viagem e tinha conhecimento de que dentro dela havia uma pistola carregada; que passou por dentro de casa e fugiu pelos fundos; (...) que correu porque sabia que seria preso por porte de arma em razão de estar com uma pistola; (...) que Adriano também foi preso e apreendida a pistola 765 que estava em poder dele e que ele tinha escondido no quintal de uma casa vizinha na hora da fuga; que conhece o proprietário da Fazenda Araguaia, apenas de vista, e que já esteve naquela propriedade onde foi levado por Marcelo, tio de sua esposa, que esteve naquela fazenda há aproximadamente cinco meses e foi lá por acaso, ficando apenas do lado de fora; que não se recorda a data do referido furto, mas recorda-se

Em seu interrogatório judicial, à fl. 79, o apelante apresentou uma nova versão a respeito do fato criminoso, aduzindo que *"pediu emprestada a arma de fogo porque queria se defender de ameaças de pessoas não identificadas, as quais estavam tentando contra a sua vida; (...) que na manhã do dia seguinte(08.06.2006), por volta das 06:00horas, quando deixava a casa de sua companheira de nome Eridiane Gomes, localizada no distrito de Pão de Açúcar, foi abordado por policiais civis e militares, os quais encontraram em seu poder a pistola 765."* 105



É de se observar ainda que o apelante entrou mais uma vez em contradição ao afirmar que no dia do crime de furto praticado contra a vítima Isaac Nilton Sampaio Carvalho encontrava-se na residência das testemunhas Jucélia Rosa da Silva e José Marcelo Gomes da Silva, tendo apenas saído por volta das 18:00 horas, em companhia da sua esposa, pois tais testemunhas em seus depoimentos negaram a informação acima referida prestada pelo acusado, senão vejamos o que foi dito pela Testemunha Jucélia Rosa da Silva, à fl. 128.

"Que a depoente ratifica o termo do depoimento policial, segundo a qual afirma ser mentirosa a afirmação do réu que disse ter passado o dia na casa da depoente no dia do crime"

A testemunha José Marcelo também desdisse a afirmação do acusado em seus depoimentos, às fls. 91/92:

"Que na sexta-feira, dia em que ocorreu o arrombamento da Fazenda Araguaia, por volta das 18:00 horas, Vaninho passou em sua casa acompanhado de um elemento moreno, alto, forte, cabelos castanhos e escuros e barba e bigode a fazer, com idade de aproximadamente 30 a 35."

Como se vê, o conjunto probatório demonstra nitidamente que o apelante participou do crime descrito na denúncia, não havendo assim que se falar em sua absolvição pela vaga alegação de ausência de provas, até porque, em momento algum ele comprovou a tese de negativa de autoria, inclusive até deixou de arrolar no processo testemunha de defesa, que pudesse contrariar a versão da acusação.

trada em seu

FLS. Nº 241

no perceber a

106



2

pmbm Página 5



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

107

PROCESSO Nº 0173645-4

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: JOSEVÂNIO FRANCISCO DE OMENA

APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

REVISOR: DES. GUSTAVO LIMA

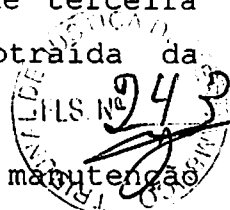
PROCURADORA DE JUSTIÇA (CONV.): SONIA MARA ROCHA CARNEIRO

V O T O

Cuida-se de apelação criminal aforada por JOVENÂNCIO FRANCISCO DE OMENA em face da decisão do Juízo de Direito da Comarca de Taquaritinga do Norte que lhe condenou à pena definitiva de 3 (três) anos e 8 (oito) meses de prisão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, cumulada com 60 (sessenta) dias-multa, tudo em razão da prática do crime tipificado no art. 155, § 4º, inciso I, do Código Penal.

Consta da exordial acusatória que o apelante, em 03 de junho de 2006, arrombou edificação da Fazenda Araguaia, localizada às margens da BR 104, em Taquaritinga do Norte, de propriedade da vítima Isaac Nilton Sampaio, subtraindo um aparelho de reprodução de DVD, um facão, uma furadeira elétrica, uma pistola calibre 765 e uma espingarda calibre 12 de repetição. Ainda segundo o Parquet, o apelante foi preso três dias após o crime na posse de parte da res furtiva (pistola calibre 765).

O apelante alega que a prova dos autos é insuficiente para corroborar seu envolvimento no crime. Alega que a pistola calibre 765 foi apreendida em poder de terceira pessoa e que tal arma não é sequer aquela subtraída da residência da vítima Isaac Nilton Sampaio. 108



Nas contra-razões, o Parquet defende a manutenção da decisão impugnada sob a alegação de que o veredicto está em sintonia com a prova dos autos. É também neste sentido o parecer da douta Procuradoria de Justiça.

A materialidade delitiva afigura-se incontestável em face do auto de apresentação e apreensão de fl. 18.

Quanto a autoria, percebo ser incontestável o fato de o apelante ter sido o responsável pelo ato criminoso narrado na exordial. Senão vejamos:

A pistola calibre 765 apreendida em poder do apelante consta do rol dos objetos roubados da Fazenda Araguaia. Ressalta-se ainda que a referida arma de fogo foi reconhecida pela vítima Isaac Nilton Sampaio como sendo aquela roubada de sua propriedade, conforme termo de depoimento de fls.08/09.

A testemunha Adriano Abílio da Silva, ao prestar depoimento perante a Autoridade Policial, assim narrou o momento da prisão em flagrante do apelante:

"(...) que conheceu Josivânio, a quem chama de "Vaninho", quando estava cumprindo pena em canhotinho; (...) que pernoitou na casa de "Vadinho" e hoje, pela manhã, por volta das 6:30 horas, saíram de casa com destino ao Presídio de Canhotinho, para se entregarem; que iriam passar na cidade de Caruaru, onde encontrariam o Advogado Dr. Elmo; que quando saíram de casa, "Vadinho" levava uma bolsa contendo roupas e uma pistola, não sabendo informar o calibre; que a pistola era de vadinho; que quando saíram de casa foram surpreendidos por alguns homens que estavam na frente da casa e, acreditando que era "alguém para matá-los", voltaram correndo para dentro de casa, onde, rapidamente, Josivaldo lhe entregou a bolsa de viagem dizendo que tirasse a pistola que estava ali dentro e jogasse fora; que soltou a bolsa dentro de casa e correram pelos fundos (...) ocasião em que foram detidos por Policiais (...) "

O proprietário da res furtiva, Sr. Isaac Nilton Sampaio Carvalho, perante o Juízo, disse:

"(...) que o réu furtou os objetos citados na denúncia, dos quais, apenas a pistola 765 foi recuperada pela Polícia; que o réu entrou em casa arrombando a janela

que fica nos fundos do referido imóvel; que o réu quebrou o ferrolho da janela que fica nos fundos da casa; que o crime aconteceu na madrugada do dia 03-06-2006 (...)"

109
Ressalto ainda o fato de o apelante ter entrado em contradição por mais de uma vez, primeiro, quando afirmou que seu amigo "Pintado" "lhe entregou a arma de fogo para que ele a guardasse" (fl. 14), sendo que, posteriormente, já em juízo, disse que "pediu emprestada a arma de fogo porque queria se defender de ameaças". Segundo, quando afirmou que, no momento do crime se encontrava na casa de Jucélia Rosa e José Marcelo, sendo certo que tais pessoas, ao prestarem depoimento em juízo, afirmaram categoricamente que tal afirmava do apelante é falaciosa (fls. 128).

Diante de todo o exposto, em sintonia com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **voto pelo não provimento da presente apelação criminal.**

É COMO VOTO.


Des. Gustavo Lima
Revisor